

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

SETEMBRO2015 A AGOSTO /2016

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO) 2

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE COM PESSOAL
SETEMBRO2015 A AGOSTO /2016

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	324.707.147,00	1.038.516,29	325.745.663,29
Pessoal ativo	265.771.497,33	1.031.869,31	266.803.366,64
Pessoal Inativo e Pensionista	58.935.649,67	6.646,98	58.942.296,65
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	56.598.416,01	872.097,21	57.470.513,22
Indenizações por Demissões e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	7.442.863,65	0,00	7.442.863,65
Despesas de Exercícios Anteriores	275.134,43	872.097,21	1.147.231,64
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	48.880.417,93	0,00	48.880.417,93
DESPESAS LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	268.108.730,99	166.419,08	268.275.150,07

APLICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

			695.041.042.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (v) = (III c/ IV)*100	0,038575%	0,000024%	0,038598%
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) <%>	0,067578%		469.694.835,36
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRR) - <%>	0,064199%		446.210.093,59
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,060820%		422.725.351,83

FONTE SIAFI 2015/2016 – SPF – NCONT – 20/SET/2016 – ÀS 10:40m.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas, estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) As despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV) da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), totalizaram R\$ 2.859.279,19.
- 3) As despesas com Precatórios da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), totalizaram R\$ 1.689.487,00.

UBIRATAN MOREIRA DELGADO

Desembargador Presidente

ARYOSWALDO JOSÉ BRITO ESPÍNOLA

Diretor Geral

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA

Diretor da Secretaria de Controle Interno

LEONARDO GUEDES PEREIRA

Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças